

POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DIDÁTICO.

Dayse Centurion da Silva

RESUMO

O presente estudo resulta de reflexões sobre políticas públicas, proporcionadas pela pesquisa em andamento do curso de Mestrado, enfatizando o papel do Estado como agente deste processo no interior de suas contradições internas e pressões externas. Busca determinar as condições materiais necessárias para o surgimento das políticas públicas e posteriormente para sua universalização descrevendo as novas funções da escola determinadas pela sociedade contemporânea. Tem como referencial teórico o pensamento Marxista, no qual a determinação fundamental das políticas públicas é o interesse geral do capital e as necessidades da acumulação capitalista. Nesse sentido a prática escolar é vista como elemento do trabalho didático, reconhecendo a determinação do modo de produção da existência humana, tendo como próprio pressuposto o consciente da relação educativa correspondente ao seu tempo.

Palavras-Chaves: Políticas Públicas, Organização do Trabalho Didático, PDE - Escola.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado parcial de uma pesquisa em andamento, na qual se investiga as políticas públicas educacionais propostas pelo do Ministério da Educação (MEC). Pelo fato de abordar a investigação de uma política pública educacional, se observou no decorrer da pesquisa a necessidade de uma compreensão ampla e aprofundada sobre a relação Estado e sociedade da qual emergem estas políticas.

O estudo representa os primeiros resultados sobre a análise das políticas públicas educacionais no Brasil, destacando o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE – Escola) e sua estruturação na organização do trabalho didático com ênfase na relação educativa entre educador e educando.

Nesse contexto percebemos que as políticas públicas podem ser representadas pelas leis, pelo planejamento, pelo financiamento e pelos programas educacionais que falam de um movimento, de uma ação do Estado.

Essa análise do objeto de pesquisa parte da compreensão do papel das Políticas Públicas na gestão democrática da educação pública e da importância do desenvolvimento

do PDE – Escola nas unidades escolares. Para tanto, faz-se necessário contextualizar histórica e conceitualmente o caminho que liga o programa à gestão dos sistemas e das instituições de ensino, bem como sua importância envolvendo representantes da comunidade na articulação dessas Políticas nas instituições públicas de ensino.

Para explicar o contexto que permeia as políticas ou como estas vêm sendo tecidas, destacamos, a princípio, os seus antecedentes históricos sem, contudo, detalhar cada fato. Segue-se em breve uma análise sobre as políticas públicas educacionais no Brasil. Posteriormente destacam-se os principais aspectos da organização do trabalho didático de forma articulada com o PDE-Escola e a gestão escolar e por fim, as considerações finais procurando vislumbrar as políticas públicas educacionais.

2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

Compreender o sentido que as atuais políticas públicas educacionais assumem na relação entre Estado e sociedade, implica o resgate histórico acerca da própria formação social brasileira e da influência que exerce sobre as políticas educacionais de cada época, à luz da preocupação com a promoção da qualidade e equidade na educação, traduzidas na implantação de políticas públicas educacionais, que expressam os caminhos escolhidos pelos governantes para fazer frente aos desafios postos pelas diferentes realidades apresentadas.

A ideia de um Estado em ação, instituindo políticas públicas para a educação é muito recente no cenário brasileiro (ARAÚJO, 2006). A trajetória histórica das políticas educacionais no Brasil parece revelar uma nítida ligação com a forma conservadora e patrimonialista com a qual o Estado e a sociedade brasileira foram sendo forjados. Assim, em um cenário social cujas bases centravam-se em um modelo econômico agroexportador e na mão de obra escrava, a preocupação com o direito à educação se faz presente e Anísio Teixeira acrescenta:

Sem queremos nos estender muito ao passado, devemos recordar que, em todo o tempo da colônia, vivemos um tipo de governo de natureza absolutista, com a educação reduzida aos colégios confessionais, destinados dominante□mente à formação do clero [...] (TEIXEIRA, 1967, p. 70).

Foi somente em fins do século XIX e início do século XX, no contexto da Primeira República – quando o Estado brasileiro Oligárquico deslocava-se para uma arrumação

Moderna/liberal, assumindo um modelo intervencionista, que a educação começou a ser reclamada como necessária ao desenvolvimento do país.

Nesse mesmo período, diversas vozes começaram a reclamar uma Política Educacional Nacional. Vozes que se aglomeraram dando vida a organizações colegiadas, tais como a Associação Brasileira de Educação, cujos marcos de luta se firmou no Manifesto dos Pioneiros da Educação na década de 1930. Lançado em 1932, o Manifesto foi, sobretudo, um documento de política educativa no qual, para além da defesa da Escola Nova, estava à causa maior pela escola pública laica, sendo esta responsabilidade do Estado. Sendo que as diretrizes desse manifesto influenciaram a Constituição de 1934 (FREITAS, 2005; SAVIANI, 2005).

Para Azevedo (2003), “o atual período é marcado pelo desmonte do Estado gestado no processo pós 1930”. As mudanças passam, então, a ser determinadas pela “hegemonia dos interesses e dos valores de mercado”.

(...) segundo esse parâmetro, os direitos sociais, até então delegados à proteção do Estado, devem ser revogados em nome da ‘liberdade de cada cidadão, mais propriamente denominado cliente, que deve comprar estes direitos através de serviços que o mercado sabiamente disponibiliza, permitindo a plena liberdade individual, qualidade natural da existência social.

Nessa trajetória histórica, é interessante acrescentar, como parte fundamental das políticas públicas educacionais, o processo de criação dos diversos organismos internacionais, tais como: Fundo Monetário Internacional - FMI, Organização das Nações Unidas - ONU, Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD. Tal processo de criação aconteceu em um período que se estendeu até o pós-guerra. Esses organismos passaram a interferir no Brasil, de forma mais precisa, a partir do Golpe Militar.

Nas décadas iniciais do século XX, a educação passou a se organizar como setor e ser reconhecido como uma questão nacional, no contexto do fortalecimento das classes médias e sua aliança com o empresariado urbano, cujo projeto, movido pela ideia do nacionalismo, era da promoção da industrialização e moralização dos processos políticos do Estado oligárquico. Segundo Azevedo (2001), “[...] os primeiros núcleos de tratamento mais sistemático da questão educacional foram constituídos nas ligas que se formaram à época”.

As políticas de financiamento da educação básica brasileira percorreram intenso reordenamento a partir da instalação da Assembleia Nacional Constituinte e promulgação da Constituição Federal de 1988. Também, nesta mesma época inicia-se o processo de tramitação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional concluído em 1996.

Acrescenta-se ainda as reformas legais a Emenda Constitucional N° 14 de setembro de 1996, determinando após aprovada a Lei N° 9.424 de dezembro de 1996.

Janete de Azevedo argumenta que as políticas públicas sociais referem-se a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado no que concerne à redistribuição dos benefícios sociais, de forma a diminuir as desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico (AZEVEDO, 2001).

Em resposta a anseios da sociedade de universalização do ensino e que vislumbra no horizonte uma possibilidade de emancipação social, que além de históricos são legitimados com o surgimento de uma série de políticas públicas em educação implementadas pelo Estado, a exemplo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério- FUNDEF, inspirado na orientação dos organismos internacionais, foi o primeiro fundo contábil a subvincular os recursos à manutenção e desenvolvimento do ensino. Apresenta como objetivo a correção das desigualdades intergovernamentais e a promoção do acesso a Educação, priorizando o financiamento do Ensino Fundamental. Em 2007 o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- FUNDEB substituiu o fundo anterior e passa a financiar todas as etapas da Educação Básica e modalidades do ensino. O FUNDEB terá vigor até o ano de 2020 não implicando na ampliação dos recursos, mas apenas alterando os critérios de distribuição dos mesmos.

Surgem então os programas de políticas públicas, Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), Programa de Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Bolsa Escola entre outros. No entanto surge também a preocupação dos critérios exigidos para sua implementação, se esta implementação e forma é necessária e/ou desejada pela sociedade, como forma de oferecer contribuições efetivas que venham propiciar uma educação emancipadora política, social e economicamente. Logo, também alvo de debate é descobrir até que ponto estas são capazes de propiciar melhorias no meio social em que o educando se insere.

A realidade educacional de nosso país faz com que seja necessário buscar uma análise mais apurada das políticas públicas em educação, pois, a crítica, estimula o progresso do conhecimento, e com o rigor da análise e a constante preocupação de enriquecê-la com novas investigações podemos contribuir em direção a sua solução. No que se refere à educação, seu financiamento e gestão, muitas se fazem presentes, mas devemos lembrar que como pano de fundo maior encontra-se a necessidade de busca de alternativas que viabilizem

uma sociedade menos excludente, em que se faz necessário também redefinir a própria concepção de Estado e os interesses a que se presta.

O financiamento da educação passa a ser considerado como um meio de realização de uma política pública setorial, a política educacional. Entretanto, além dessa natureza evidente, o financiamento em si pode ser entendido como uma política pública, inclusive com potencial de indução da adoção de outras políticas, por exemplo, de aperfeiçoamento do controle social.

Nesse contexto o Banco Mundial teve forte influência na definição das Políticas Públicas de Financiamento no Brasil nas últimas décadas, nem tanto pelo volume de recursos que injetou no setor, mas pelo que conseguiu influenciar nas políticas sociais, principalmente, porque seu aval abria portas para a liberação de empréstimos destinados a programas de ajuste estrutural, como, O PDE Escola.

Inicialmente esses financiamentos foram voltados para o ensino fundamental, seguidos do incentivo à municipalização deste nível de ensino, Nesse sentido não podemos ignorar que a educação também apresenta o perigo de estar a serviço dos interesses de um grupo em detrimento da coletividade.

Sob esse aspecto é importante destacar as contribuições deixadas por Gramsci para entender melhor o papel da educação no campo da superestrutura para manter a hegemonia existente ou para propor uma contra-hegemonia, lembrando que “[...] O Estado é o complexo das atividades práticas e teóricas com o qual a classe dominante não somente justifica e mantém a dominação como procura conquistar o consentimento ativo daqueles sobre os quais ela governa” (GRAMSCI, APUD CARNOY, 2001:99).

Fazendo um recorte temporal na década de 90, no ano de 1994, na gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC), segundo Helena Altman (2002), o seu plano de governo já apresentava propostas de reformas educacionais alinhadas com as diretrizes do Banco Mundial, tais como a “[...] redução das taxas de responsabilidade do Ministério da Educação como instância executora; o estabelecimento de conteúdos curriculares básicos e padrões de aprendizagem; a implementação de um sistema nacional de avaliação do desempenho das escolas e dos sistemas educacionais para acompanhar a consecução das metas de melhoria da qualidade do ensino”.

No primeiro mandato do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, 2003 o Ministério da Educação teve dois ministros, sendo o primeiro Cristovam Buarque e o segundo Tarso Genro. A gestão do primeiro pode ser caracterizada pela falta de políticas regulares e ações estruturantes na educação que objetivassem se contrapuser ao movimento iniciado

durante o governo de FHC. Com a entrada de Tarso Genro, que tinha como secretário executivo o atual ministro Fernando Haddad, as ações começaram a ser reconduzidas sendo possível, nessa gestão, a implantação de políticas tanto de médio quanto de longo prazo, em um movimento que sinalizava algumas rupturas (OLIVEIRA, 2009; PINTO, 2009).

Neste cenário emerge o PDE tendo como grande articulador “O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, o qual foi instituído pelo governo federal em 15 de março de 2007 subsidiado pelo Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007. Propondo um novo regime de colaboração, que busca articular a atuação dos entes federados – Estados, Distrito Federal e Municípios, envolvendo primordialmente a decisão política, a ação técnica e atendimento da demanda educacional, visando à melhoria dos indicadores educacionais.

O Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE propõe, melhorar a qualidade da educação básica pública, enfrentando as dificuldades de rendimento, frequência e permanência do aluno na escola, contribuindo para a melhoria da gestão das escolas com desempenho insatisfatório no IDEB. Para tanto as escolas necessitam aderir o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e planejarem a implementação do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola).

Com isso o governo pretende dar conta dos resultados negativos dos últimos tempos e responsáveis por gerações de crianças e jovens que frequentam a escola, mas não aprendem e vindo a abandoná-la, ampliando a legião de adultos com baixa escolaridade, para não dizer de analfabetos.

3. O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA – PDE A GESTÃO ESCOLAR E OS PRINCIPAIS ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DIDÁTICO

O PDE-Escola estabelece como foco o processo de ensino-aprendizagem, perpassando pela eficiência da gestão escolar, reforçando que a democratização, ou o espaço de decisão que a escola detém, só tem sentido se ela cumpre com a sua função básica que é garantir o sucesso do aluno no processo de aprendizagem.

O documento Como Elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola PDE-Escola (BRASIL, 2005, p. 10) mostra que:

O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) vem ao encontro dessa necessidade, dotando a escola de um poderoso e moderno instrumento de planejamento. O processo de elaboração do PDE é um primeiro passo que sinaliza que a escola deixou de ser burocrática meramente cumpridora de normas. Sinaliza, também, que

ela busca nova identidade, novo dinamismo, novo compromisso, que está próxima e a serviço dos alunos, dos pais e da comunidade, que está disposta a prestar contas de sua atuação.

De acordo com o manual de elaboração do PDE-Escola (BRASIL, 2005, p.7-9), por escola de qualidade entende-se a que desenvolve relações interpessoais que conduzem a atitudes e expectativas positivas em relação aos alunos; que coloca o aluno como foco de suas preocupações; que dispõe de recursos humanos com formação contínua; com material escolar e didático necessário; com instalações em quantidade e em condições adequadas de funcionamento e que tem assegurada a participação dos pais no acompanhamento do desempenho dos filhos e na avaliação da escola. Além disso, uma escola de qualidade é aquela que constrói um clima escolar que favorece o processo ensino-aprendizagem que define e organiza processos que conduzem ao alcance de seus objetivos.

Nesse contexto podemos reconhecer aspectos da forma histórica da organização do trabalho didático, segundo Alves (2005, P. 10-11) na fase de elaboração do diagnóstico e do plano de ação, onde o conhecimento é a expressão da realidade social e educacional detectada do PDE Escola.

Na fase da elaboração do diagnóstico a relação educador/educando e comunidade são claramente exploradas por meio de afirmações que colocam em evidência as formas e resultados de trabalho dos envolvidos. A elaboração do Plano de Desenvolvimento da Escola representa para a escola um momento de análise de seu desempenho, ou seja, de seus processos, de seus resultados, de suas relações internas e externas, de seus valores, de suas condições de funcionamento.

A partir dessa análise ela se projeta, com a mediação de recursos didáticos, envolvendo os procedimentos técnicos pedagógicos do educador as tecnologias educacionais e os conteúdos. Após esse processo a escola define aonde quer chegar, que estratégias adotar para alcançar seus objetivos e a que custo, que processos desenvolver, quem estará envolvido em cada etapa e como e a quem se prestará conta do que está sendo feito.

O espaço físico da escola é item imprescindível para captar a organização do trabalho didático na escola moderna brasileira. Nesse sentido, as ações planejadas no plano de ação do PDE- Escola, sejam ações pedagógicas ou ações financiadas pelo programa, são desenvolvidas explorando esses espaços.

De acordo com Sobrinho (2000), o fortalecimento da escola, por meio do Plano de Desenvolvimento da Escola, que hoje tem como nomenclatura, PDE- Escola é caracterizado como uma diretriz, que orienta a escola para melhorar o que não está bem e o que foi

detectado através de seus instrumentos, que denominamos diagnóstico de toda instituição escolar, sinalizando um novo padrão de relação dentro do Sistema Educacional, entre a Secretaria de Educação e a escola.

A escola, instituição responsável pelo ensino, precisa assumir a responsabilidade pelo sucesso do aluno, pela eficiência e eficácia do ensino. Ela deve ter o aluno como foco de sua preocupação. Para a Secretaria de Educação, seu foco deve ser a escola, que deve ser acompanhada, supervisionada e avaliada no seu desempenho, para que possa atingir seus objetivos que é o desempenho acadêmico de seus alunos.

Como instrumento de referência de identificação, o MEC conta com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, o qual é um indicador calculado com base nos dados de rendimento do fluxo escolar e do desempenho dos alunos nos exames nacionais.

O tensionamento relativo ao programa/política PDE tem sido destacado por Saviani (2007). Nesta produção, o autor questiona em que medida esse programa, PDE, se revela efetivamente capaz de enfrentar a questão da qualidade do ensino das escolas de educação básica. Destaca Saviani (2007) que o PDE foi saudado como um plano que, finalmente, estaria disposto a enfrentar esse desafio, focando prioritariamente os níveis de qualidade do ensino ministrado em todas as escolas de educação básica do país. Adverte este autor acerca da demasiada ambição do “Plano”, agregando ações que incidem sobre os mais variados aspectos da educação em seus diversos níveis e modalidades.

A transferência de recursos diretamente às escolas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, através de Planejamentos Estratégicos, como o PDE-Escola, o fortalecimento da Proposta Pedagógica da Escola, do Regimento Interno Escolar, da escolha de diretores, seja por meio de eleição ou seleção, mas comprometidos com o sucesso da escola e dos alunos e a adoção de mecanismos de avaliação interna e externa, abre um espaço para a estruturação de seus valores, sua visão, sua missão e seus objetivos estratégicos.

Assim, a escola terá autonomia pedagógica e poder de decisão ampliada, construída não de fora para dentro e sim a partir do trabalho coletivo, mediante processos criativos, gerados e gerenciados em seu interior. Essas medidas representam um novo desafio, uma oportunidade para rever suas relações e seus processos pedagógicos com a comunidade e mantenedoras (MEC/PDEE, 2001, p. 08).

Uma escola de qualidade não pode ser gerenciada burocraticamente, sem a participação de todos envolvidos no processo e funcionar a partir de um conjunto de normas e procedimentos definidos fora de seus domínios.

Para esta concepção a história consiste em um processo de desenvolvimento da produção humana, no tempo, na relação do homem com a natureza e do homem com o próprio homem, ou seja, como história dos homens “[...] não em qualquer fixação ou isolamento fantásticos, mas em seu processo de desenvolvimento real em condições determinadas, empiricamente visíveis”. (MARX, K.; ENGELS, F. 1989, p. 38).

A educação, portanto, tem como ponto de partida a produção histórico-social e suas manifestações na sociedade, oferecem subsídios na busca do entendimento da realidade social e na investigação da natureza.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS □

A fim de elucidar os principais aspectos identificados através dos levantamentos bibliográficos realizados percebemos que, as políticas de financiamento da educação trazem consigo e, de modo mais explícito, em suas resoluções e condições para adesão, aspectos marcantes do que se pode considerar como características do modelo gerencialista de gestão educacional.

Compreender as condicionalidades de financiamento dos sistemas de educação básica pública é compreender os melindres pelos quais a educação sente-se fragilizada e respaldada pelas escassas formas de financiamento. Assegurar a universalidade da educação necessita de investimentos e recursos que a garantam por qualidade de aprendizagem. Enquanto se mantiver a ideologia de aplicar investimentos e insumos visando à formação como capital humano estabelecendo o corporativismo meritocrático e o benefício do mercado de produção vamos continuar assistindo os processos de exclusão social.

No entanto, não podemos aceitar que esta seja a medida final para se alcançar a democracia dentro da escola pública e sim o primeiro passo de muitos que devem ser dados, na medida em que a autonomia financeira não pode estar separada da gestão democrática, visto que a democracia em sentido profundo refere-se a uma participação efetiva da comunidade escolar, expondo seus anseios e vendo-os serem atendidos, acompanhados, avaliados nas ações resultantes, pois caso contrário, pode limitar-se a um mero componente burocrático.

Considerar o contexto da escola consiste basicamente em reconhecer que a escola não é um ente isolado, mas está inserida em um contexto que têm influência relevante sobre os resultados de seus esforços.

Além de a participação ser importante para a própria formação dos estudantes e para a integração da comunidade escolar, ela enriquece os debates com perspectivas distintas e dá legitimidade e transparência aos esforços da escola. Escolas que se planejam têm melhores condições de alcançar seus objetivos. Escolas que fazem planejamento participativo ampliam ainda mais a possibilidade de sucesso e a sustentabilidade de seus esforços.

É em consonância com essa perspectiva e no intuito de melhorar a qualidade da educação brasileira, que devem se situar as ações desenvolvidas pelo Estado objetivando, de fato um padrão de acesso, permanência e gestão pautado por políticas e ações que promovam a educação democrática e de qualidade para todos.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, Gilberto Luiz (2005). **A Produção da Escola Pública Contemporânea**. 3.ed.rev. Campinas, SP: Autores Associados. 276 p.

ARAÚJO, L. C. G. **Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional**. São Paulo: Atlas, 2006

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. Campinas SP. Autores Associados, 2001.

AZEVEDO, J.C de. **Estado, planejamento e democratização da educação**. In.:SOUZA, Donald Bello de; FARIA, Lia Ciomar Macedo de. **Desafios da Educação Municipal**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. Ministério da Educação. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. MEC; 2005.

_____. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise do Projeto do MEC**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2001.

CARNOY, Martim. **Estado e Teoria Política**. 2ª edição, Campinas, Papirus, 2001.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ALTMANN, Helena. . **Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro**. Educação e Pesquisa (USP), São Paulo, v. 28, n. 1, p. 77-89, 2002.

MARX, Karl (1989). **O Capital: Crítica da Economia Política**. 12 ed. Trad. de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, t. 1, v. 1 e 2. 933 p.

OLIVEIRA, Dalila de Andre. **As Políticas Educacionais do Governo Lula: rupturas e permanências**. In **Revista brasileira de política e administração da Educação – ANPAE**, 2009.

PINTO, José M. R. O financiamento da educação no governo Lula . In **Revista brasileira de Política e Administração da Educação – ANPAE**, 2009.

SAVIANI, Dermeval. A Política Educacional no Brasil. In. STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Orgs). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Petrópolis -RJ: Vozes, 2005.

_____. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In SAVIANI, D. ALMEIDA, J.S. DE; SOUZA, R. F DE; VALDEMARIN, V. T. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação institucional, instrumento de qualidade educativa: a experiência da Unicamp**. InBALZAN, Newton Cesar; SOBRINHO, José Dias (Orgs.). Avaliação Institucional: teorias e experiências.São Paulo: Cortez, 2000.

TEIXEIRA, Anísio Spinola. **Educação é um direito**. São Paulo: Editora Nacional, 1967.